

## Saiba os resultados da audiência com o Reitor

*Realizou-se no dia 13/3 audiência da Diretoria da Adusp com o reitor Adolpho Melfi. Participaram da reunião os professores Ciro Correia, Osvaldo Coggiola, Otaviano Helene, Flávio Tavares e Raquel Casarotto, pela Diretoria da Adusp, e Jair Borin, representante do CR. Também esteve presente o professor Celso de Barros Gomes, chefe de gabinete da Reitoria. O Reitor recebeu da diretoria da Adusp o documento “A USP: questões e propostas”. A audiência durou uma hora e meia e permitiu tratar de temas importantes, como a CERT e a CPA (páginas 2-3).*

## Assembléia decide homenagear estudantes e delibera participação na greve geral de 21/3

A assembléia geral da Adusp realizada no dia 14/3 aprovou, por unanimidade, homenagear o movimento estudantil por sua luta histórica em defesa do ensino público e gratuito e por suas ações contra a privatização da universidade pública, contexto no qual os estudantes tomaram posição contrária à presença das fundações privadas na USP.

Será confeccionada uma placa a ser entregue ao DCE em um ato público, em data a ser definida.

### **Pauta salarial**

Foi aprovada por unanimidade a proposta do Fórum das Seis de pauta de reivindicações para a data-base de 2002, encaminhando para avaliação do Fórum a possibilidade de se substituir o item 2, que prevê reajustes trimestrais de salário com base no ICV do Dieese, por

um compromisso do Cruesp em rever o orçamento e os salários em novembro de 2002.

Sobre a greve geral convocada para 21/3, a assembléia aprovou que a Adusp participará e deverá tomar as seguintes iniciativas: contribuir financeiramente com a organização da greve, para sua divulgação nos meios de comunicação (jornais, rádio ou televisão); realizar debate no dia 21/3 sobre os efeitos potenciais dos projetos de lei que visam “flexibilizar” os direitos previstos na CLT.

O debate terá a parti-



**Assembléia de 14/3, na História**

cipação dos advogados Walter Uzzo, secretário-geral da OAB-SP, e Fernando Leister de Barros, da assessoria jurídica da Adusp, e ocorrerá às 20 horas, no Auditório Abrahão de Moraes (Instituto de Física).

Representantes do DCE e do Sintusp compareceram à assembléia para dar informes sobre a mobilização das respectivas categorias.



**O XXI Congresso do Andes-SN (Rio Grande-RS, 23/2 a 1º/3) fortaleceu a entidade nacional dos docentes universitários (página 6)**

# Reitoria envia ao CO proposta de nova CPA

**E**stá na pauta da próxima reunião do Conselho Universitário proposta da Reitoria de modificação das atribuições e constituição da Comissão Permanente de Avaliação (CPA). A proposta modifica o título do Capítulo IV do Regimento Geral da USP, que passará a chamar-se “Da Avaliação Institucional”. Levando em conta a desastrosa atuação da CERT na avaliação individual de docentes, feita de modo arbitrário, com critérios discutíveis e ao arripio das normas da USP, devemos ter toda atenção com a matéria. Em particular, seria importante que houvesse tempo para ampla discussão do texto proposto pela Reitoria, antes de ser incorporado ao Regimento da USP.

É um avanço que a Reitoria da USP decida focar a questão da avaliação institucional, possibilitando o debate do papel social que a universidade deve desempenhar na sociedade brasileira. Por outro lado, um exame preliminar do texto indica que permanece a tendência à concentração de poder em órgãos centrais. Por exemplo, a redação da proposta do *caput* do novo artigo 202 é a seguinte (grifo nosso):

“A Avaliação Institucional será feita por Comissão Permanente de Avaliação (CPA), a quem compete estabelecer diretrizes para essa finalidade, bem como subsidiar o Reitor e o CO com dados e análises qualitativas sobre o desempenho da Universidade, no que se refere às atividades-fim.”

## Relatórios docentes

No § 1º, item 1, proposto para o artigo 202 é feita referência que, para cumprir suas funções, a CPA poderá valer-se de “relatórios de atividades dos docentes, empregados na elaboração dos relatórios anuais de atividades do Departamento”.

Porém, a leitura cuidadosa da regulamentação vigente indica que não estão previstos

relatórios de atividades dos docentes, uma vez que o inciso VIII, do artigo 52 do Estatuto prevê que “o Departamento” encaminhe para a Congregação “o relatório” das atividades dos seus docentes. Assim, atualmente, os departamentos podem se valer das mais várias formas para a compilação de dados das atividades dos docentes como utilizar formulários, consultas ou quaisquer outras formas de compilação, não havendo portanto necessidade de se criar uma nova exigência ou de pré-determinar a forma pela qual os departamentos trabalham para elaborar os seus relatórios.

Também inadequada configura-se a redação do § 2º, proposto para o artigo 202, que prevê a possibilidade da CPA solicitar “a qualquer tempo” relatórios ou informações a Departamentos, Unidades e Órgãos de Integração e Complementares. Atribuindo dessa forma, à CPA, o poder de interferir no andamento normal das atividades dessas instituições, o que se configura como autoritário e indesejável.

## Regimento próprio

Está claro que a avaliação institucional de uma universidade e os critérios para tanto não podem ser delegados a

uma comissão. Para agravar esta situação, o parágrafo terceiro da proposta tem a seguinte redação: “O número de membros, as atribuições e a estrutura administrativa da CPA serão definidos em regimento próprio, aprovado pelo CO.”

O parágrafo quarto específica que o Vice-Reitor será presidente da nova CPA e que seus membros deverão ser homologados pelo CO, a partir de indicações da Reitoria. Por outro lado, segundo ofício do atual presidente da CERT e da CPA, professor Umberto Cordani, que acompanha a proposta e é datado de 24 de maio 2001, a idéia é que “A nova CPA deverá ter funções executivas, ligadas à Reitoria, e deverá ter um número restrito de docentes (possivelmente nove membros, representando as diversas áreas do conhecimento...)”.

É importante registrar também que no mesmo ofício recomenda-se o seguinte: “A USP deverá criar e manter uma estrutura funcional, ligada à Reitoria, com corpo técnico formado por profissionais competentes em avaliação acadêmica, para apoio da nova CPA, na coleta e interpretação dos dados inerentes aos diversos níveis de avaliação.”

## Tecnocracia

Será que há o risco de que os membros da nova CPA, indicados pelo Reitor, homologados pelo CO e presididos pelo Vice-Reitor, tornem-se agentes de legitimação para uma tecnocracia da avaliação?

Em um país onde o ato de regulamentar é cotidianamente utilizado como recurso para caçar direitos e criar oportunidades para o abuso de poder, remeter as atribuições (quais, além das já estipuladas no *caput*?) para regimento interno não parece ser o caminho mais apropriado para avançarmos na questão da avaliação.

Quem é do ramo sabe que o trabalho intelectual tem caráter artesanal e não pode ser submetido a critérios e regras de produção empresarial ou industrial.

Em que pese a declaração pública do atual Reitor, reiterada na entrevista com a Diretoria da Adusp, contra a centralização e a uniformização de critérios de avaliação, devemos lembrar que existem oligarquias dentro da USP que pretendem utilizar a tolice do produtivismo como recurso para aprofundar a concentração de poder e acesso a financiamento.

## Conselho de Pós-Graduação vota cursos pagos

Na última reunião de 2001 (10/12), o CoPGr pautou a votação de uma série de cursos de especialização *lato sensu* e de uma polêmica regulamentação para o chamado mestrado profissionalizante, todos pagos.

A representação discente pediu vistas do processo de quatro dos cursos de especialização, mas não conseguiu impedir a aprovação do regulamento dos mestrados profissionalizantes (publicado no D.O. de 28/2/2002).

Dois cursos (MBA Administração de Projetos e MBA

Executivo em Finanças) são da FEA e prevêm arrecadação, respectivamente, de R\$ 980 mil, para 35 inscrições, e R\$ 270 mil, para 20 alunos. O curso de Ortodontia e Ortopedia Facial, da FO de Ribeirão Preto, prevê arrecadação de R\$ 470 mil, para 12 alunos. O quarto curso, do ICB, tem um longo título envolvendo organismos geneticamente modificados, e deverá captar R\$ 157 mil com 30 inscrições.

A representação discente elaborou parecer que aponta várias contradições em rela-

ção aos artigos 204 e 207 da Constituição, que veta o ensino pago em estabelecimentos oficiais, além de salientar o papel fundamental, aparentemente irregular, das fundações de apoio (FIA, etc) no seu financiamento. O parecer ainda chama a atenção para a falta de planilha detalhada sobre o comprometimento de cada professor com a carga horária a ser ministrada e sobre os cálculos que levaram à fixação das mensalidades dos alunos. Esse tema deverá estar na pauta da reunião do CoPGr em 24/4.

# XXI Congresso do Andes define plano de lutas

O XXI Congresso do Andes-SN, celebrado em Rio Grande (RS) entre 23 de fevereiro e 1º de março, caracterizou-se pelo fortalecimento da entidade nacional representativa dos docentes universitários. O Congresso teve um número recorde de delegados, observadores e AD's presentes, incluídas várias associações recentemente criadas no setor estadual e particular.

O clima do Congresso foi dominado pela recente e vitoriosa greve das universidades federais, assim como pela combatividade dos docentes das universidades estaduais do Paraná e da Paraíba que, ao momento de iniciar-se o Congresso, superavam os 100 dias de paralisação, em defesa do reajuste salarial, e de mais verbas em defesa da universidade pública. O momento mais emotivo do Congresso aconteceu quando foi anunciada a reabertura de negociações entre o governo Jaime Lerner (PR) e os sindicatos, que incluiu a assinatura de um pré-acordo (contemplando boa parte das reivindicações dos grevistas). A greve das estaduais do Paraná concluiu-se, então, por uma vitória, que foi devidamente celebrada pelos delegados presentes ao Congresso do Andes. Essa vitória se soma às obtidas pelas federais em 2001, e pelas estaduais paulistas em 2000, demonstrando que a luta em defesa da universidade pública é eficiente, e fortalecendo nossa categoria num novo patamar.

Foram elaboradas pautas de reivindicações e plano de lutas para cada setor (federais, estaduais e particulares) deixando em aberto questões que precisam de uma discussão mais aprofundada, como o estudo da base de financiamento das universidades estaduais (que são responsáveis por uma porcentagem crescente de matrícula universitária global) ou a ques-

ção das cotas para minorias (negros, índios, descapacitados) ou "reserva de vagas", nas universidades públicas.

## Delegação atuante

Como perspectiva unificadora imediata da luta dos três setores, o Congresso do Andes apontou a construção do IV Coned (Congresso Nacional de Educação, no qual o papel do Andes e da Adusp, em especial, é central) e a greve geral marcada pela CUT para 21 de março. A Adusp esteve representada por uma combativa e participante delegação de oito membros (Leonel Itaussu, Marcos Silva, Osvaldo Coggiola, Ciro Correia, Lighia Matsushige, Sérgio Souto, Arsênio Sales Peres e Américo Kerr), que interveio em todos os debates de plenária e nos "grupos mistos" de trabalho. Os professores Ciro Correia e Osvaldo Coggiola também informaram as atividades cumpridas pela Adusp em solidariedade com a greve da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), que motivaram a presença desses diretores nas atividades da greve e na mesa de negociações com o governo da Paraíba.

O Congresso teve aspectos polêmicos, inclusive áspers, quando aprovou o pedido de punição de três ex-diretores (da gestão 1998 – 2000) por mal uso deliberado dos fundos do sindicato nacional. Apesar de o Congresso garantir que até uma decisão final (recomendada ao próximo Coned) ser adotada, seria assegurado o direito de defesa dos implicados, um destes entrou com ação na justiça contra a discussão da matéria no Congresso, obtendo liminar nesse sentido, emitida, porém, quando a discussão já estava praticamente concluída.

No Congresso foram proclamadas duas chapas para a eleição nacional da nova diretoria, a ser realizada em maio próximo. A Chapa 1, continuadora da atual gestão, tem



XXI Congresso: momentos de emoção

como candidato a presidente o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a participação, como candidato à vice-presidência, do professor Osvaldo Coggiola (USP). A Chapa 2, identificada com a gestão 1998-2000, postula

para a presidência a professora Maria Aparecida Ramos Meneses, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A Adusp, como sempre fez, organizará um debate público entre ambas as chapas, em completo pé de igualdade, no campus Butantã.

## O Coned de São Paulo e a USP

Aproxima-se a data de realização do 4º Congresso Nacional de Educação, que terá local no Palácio das Convenções do Anhembi de 23 a 26 de abril. Entre as muitas entidades organizadoras encontram-se o Andes-SN, Fasubra Sindical e a UNE. Os congressos anteriores, realizados em Belo Horizonte e Porto Alegre, elaboraram o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, que é um belo exemplo do resultado concreto de atuação coletiva (exemplares do Plano estão à disposição na Adusp).

O 4º Coned tem como eixo quatro grandes temas, que serão discutidos em conferências, mesas redondas (da ordem de 40), grupos de discussão e na plenária final: Organização e avaliação da educação nacional; Gestão democrática da educação nacional; Financiamento da educação nacional; Trabalhadores e trabalhadoras em educação. O mote do Congresso é: "Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível".

Adusp, Sintusp e DCE estão diretamente envolvidos na organização do 4º Coned. Além disso, houve já duas reuniões das quatro entidades representativas da USP, incluindo a APG, para promover atividades locais relacionadas ao Coned. Assim, ficou decidido que na semana que se inicia em 8 de abril haverá um ato de lançamento do Coned na USP, provavelmente no Auditório de Convenções, o qual, além da exposição das entidades, contará com a experiência valiosa de Lisete Arelaro, que, além de professora da FE da USP, foi por duas vezes secretária de Educação de Diadema e é uma das contribuintes dos Coneds anteriores e do PNE da Sociedade.

# Posições claras marcam audiência com o Reitor

**R**ealizou-se no dia 13/3, com início às 17h00, a audiência previamente agendada da diretoria da Adusp com o reitor Adolpho Melfi. Participaram da reunião os professores Ciro Correia, Oswaldo Coggiola, Otaviano Helene, Flávio Tavares e Raquel Casarotto, pela diretoria da Adusp, e Jair Borin, representando os membros do Conselho de Representantes da entidade. Também esteve presente o professor Celso de Barros Gomes, chefe de gabinete da Reitoria.

Na ocasião foi entregue ao Reitor o documento da diretoria da Adusp “A USP: questões e propostas”, que já se encontra disponível na Internet ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)). Esse documento, de 13 páginas, subdivide-se em dois itens. O primeiro, “Relações Trabalhistas”, inclui os tópicos CERT, regularização dos contratos precários e salários. O segundo, “Questões Institucionais”, compreende a defesa de uma Estatuante democrática, a rejeição de uma eventual punição dos estudantes que vêm sendo processados pela Reitoria, propostas relativas à questão das fundações privadas, a expansão do sistema estadual público de ensino superior e a necessidade da contratação de novos docentes e funcionários, para reposição e ampliação do quadro.

O professor Ciro Correia fez uma introdução geral, reafirmando os objetivos da diretoria da Adusp de estabelecer a necessária interlocução entre a entidade e a Reitoria, almejando sua continuidade no futuro. Em seguida, manifestou a expectativa da entidade de que oportunamente, após uma análise do documento entregue, a Reitoria venha a se manifestar sobre cada uma das reivindicações colocadas ao final de cada item.

O Reitor, por sua vez, ex-



**Audiência com o professor Melfi durou uma hora e meia**

pressou-se a respeito da oportunidade desse tipo de encontro e da necessidade do diálogo constante entre a Reitoria e as entidades representativas dos diferentes segmentos da comunidade universitária. Dispôs-se a tratar de questões específicas mencionadas no texto e posicionou-se com objetividade em relação a algumas delas.

## **CERT**

O professor Melfi reafirmou seu compromisso de campanha de que não cabe e não deve caber aos órgãos da administração central a tarefa de avaliação dos docentes, e que a CERT deve retornar às suas funções administrativas de controle dos regimes de trabalho. Ao ser informado, com exemplos concretos, de que a CERT, mesmo após o início de sua gestão, continua questionando departamentos quanto à manutenção de docentes no RDIDP, por conta de exigências específicas da CERT quanto ao número de publicações científicas desses docentes em periódicos internacionais, e que isso contraria frontalmente aquele seu entendimento das funções da CERT,

o Reitor se dispôs a solucionar as pendências existentes e evitar que continuem a ocorrer.

Quanto ao fato, também mencionado e exemplificado, de que a CERT continua pedindo relatórios de atividades para docentes que, ao terem realizado concurso de ingresso na carreira, já haviam saído do regime de experimentação, o Reitor foi ainda mais enfático, ao afirmar que “na verdade isso corresponde a um erro da administração, uma vez que esses processos sequer deveriam ter sido encaminhados para a CERT”. Quanto aos casos concretos em andamento, foi solicitado ao Reitor que sejam tomadas as providências para revertê-los e não mais permitir que situações similares continuem a surgir.

## **Mudanças da CPA**

A diretoria da Adusp expressou sua preocupação quanto ao fato de que uma proposta de modificação da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) foi incluída na pauta da próxima reunião do Conselho Universitário (19/3/02) sem conhecimento prévio da comunidade, e

sem possibilidade, portanto, da necessária análise de tema dessa relevância.

Além disso, foi dito que a recente entrevista do professor Umberto Cordani, presidente da CERT e coordenador da CPA, no Jornal da USP, a respeito dessa proposta gerou grande preocupação entre os docentes. Ao afirmar, por exemplo, que “A avaliação individual dos docentes caberia aos departamentos, os quais aplicariam os critérios emanados do próprio Conselho Universitário e transmitidos pela nova CPA” (grifo nosso), permitiu a interpretação de que se estaria na verdade propondo que os departamentos passassem apenas a reproduzir, de forma mais abrangente e multiplicada, o que atualmente tem sido executado pela CERT.

Novamente o Reitor explicitou não ser esse o entendimento, que não se quer que os departamentos apliquem critérios definidos de forma centralizada ou que as distorções atuais existentes nos procedimentos da CERT sejam transferidas para os departamentos.

Como a proposta de alteração regimental inclui tó-

picos controversos como o item 1. do § 1º, onde é feita referência a “relatórios de atividades dos docentes, empregados na elaboração dos relatórios anuais de atividades do Departamento”. Manifestamos nosso entendimento de que não existem relatórios anuais de atividades dos docentes para os relatórios dos departamentos, mas sim a compilação de dados das atividades dos docentes pelos departamentos, através de formulários, ou outras formas de levantamento. Esses relatórios dos docentes, segundo nosso entendimento, além de não serem objeto da proposta encaminhada, também não se revelam adequados. Assim, com aquela redação, o Regimento poderia estar criando uma exigência que não está prevista na regulamentação vigente.

O Reitor manifestou que acreditava estar presente nos Regimentos a previsão desses relatórios anuais de docentes, afirmando, porém, que não se oporia a que a matéria deixe de ser objeto de deliberação nessa sessão do CO, retornando à pauta após a devida análise, caso algum conselheiro proponha encaminhamento nesse sentido.

### Fundações

As preocupações quanto à presença e forma de atuação das fundações privadas no interior da universidade foram tratadas conforme as reivindicações apresentadas, solicitando que a Reitoria torne pública toda a documentação em seu poder sobre os convênios celebrados e os repasses financeiros dessas entidades para a USP; e, também, que a Reitoria promova audiências públicas a respeito das fundações, com garantia da publicação do inteiro teor da manifestações e intervenções no evento. Solicitou-se também que seja promovido amplo debate, envolvendo todos os segmentos da comunidade universitária, sobre a questão da flexibilização do RDIDP e seus refle-



**O Reitor dispôs-se a estudar as propostas da Adusp relativas às fundações privadas**

xos sobre as atividades-fim da universidade.

É nosso entendimento que o acesso a esses documentos, e as audiências propostas, são fundamentais para criar as condições necessárias a futuros encaminhamentos. O reitor comprometeu-se a considerar com a devida atenção essas solicitações e, oportunamente, manifestar-se a respeito.

### Demais tópicos

Questões relacionadas com as discussões salariais no âmbito do Cruesp e dos desdobramentos relacionados às nossas intervenções na Assembleia Legislativa também foram tratadas na ocasião. Há necessidade de uma atuação conjunta das entidades com as reitorias quanto às demandas de recursos para as universidades. A definição de uma política conseqüente de ampliação das vagas no ensino superior público, e a solução, sem prejuízos para ativos e inativos, da questão da crescente folha de pagamentos dos aposentados no orçamento das universidades, foram pontos de concordância, que espera-se seja traduzida em ações conjuntas no futuro.

Mais uma vez manifestamos nossa compreensão de que a Reitoria não deve re-

primir o movimento estudantil, punindo esse ou aquele estudante que participou das ações coletivas quando das ocupações do CO, por conta, na época, da insistência da administração em deliberar de forma apressada sobre a questão das fundações. Foi reafirmado, especialmente, nosso entendimento de que a legislação a respeito é da época da ditadura, anterior à nova ordem constitucional, não podendo e não devendo mais ser utilizada.

Quanto aos demais itens apresentados ficamos na expectativa de manifestação futura da Reitoria, após apreciação do documento entregue.

A audiência encerrou-se após cerca de uma hora e meia de conversa. Houve por parte do Reitor disposição em ouvir e dialogar, bem como de tratar de forma clara temas até então difíceis de serem discutidos com a administração central da universidade.

## Unesp estuda criação de sete novos campi

O Conselho Universitário da Unesp deliberou em sua última reunião (27/2) pela criação de grupos de estudo para avaliar a viabilidade da criação de sete novos *campi* e abertura de mil novas vagas na instituição (o que significa um aumento de 18% no quadro atual). A proposta é de que os novos *campi* sejam criados nas regiões do Vale do Ribeira e do Pontal do Paranapanema, devido à carência de instituições de ensino superior nessas áreas.

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma matéria afirmando que a criação dos sete novos *campi* teria sido aprovada pelo Conselho. Mas segundo o presidente da Adunesp, Antônio Luís de Andrade, a informação está equivocada. “O relato que temos da reunião do CO é de que o programa de expansão de vagas foi aprovado quanto ao mérito”, declarou Andrade. Ele acrescentou que a Adunesp é a favor da expansão de vagas, desde que isso aconteça sem comprometer a qualidade de ensino da Universidade, e a estrutura e financiamento das unidades já existentes.

# Vitória na greve das estaduais do Paraná

Depois de 169 dias de paralisação, acabou no dia 4/3 a mais longa greve da história do país. Docentes e funcionários das universidades estaduais do Paraná – de Londrina (UEL), de Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste) – aceitaram o acordo proposto pelo governo paranaense, que prevê reajustes de 42% para funcionários com salários inferiores a R\$ 400,00, e de 12,8% para os técnicos administrativos e professores.

Além disso, o governo e as reitorias se comprometeram a não tomar quaisquer medidas de caráter punitivo em relação a docentes e funcionários participantes do movimento

grevista, bem como retirar os processos administrativos instaurados no período. As uni-

versidades paranaenses, no entanto, continuam mobilizadas para retirar de pauta na Assem-

bléia Legislativa o projeto de autonomia universitária proposto pelo governo.

## Docentes da Paraíba estão em greve de fome

Após mais de 140 dias de paralisação, sem qualquer tipo de aceno de negociação por parte do governo, professores, funcionários e estudantes da Universidade Estadual da Paraíba iniciaram greve de fome no dia 12/3. Segundo a professora Lúcia Couto, do comando de greve, o movimento já conta com nove adesões, mas deve crescer caso o governo não atenda às reivindicações. “O

governo faz de conta que não estamos aqui, mas não vamos recuar”, declarou Lúcia ao *Informativo Adusp*.

A proposta inicial dos grevistas pedia um reajuste de 75% nos salários (correspondente às perdas inflacionárias acumuladas desde 1994) e aumento nas verbas de custeio da universidade. Após várias negativas de negociação, as categorias passaram a reivindicar, como

mínimo, a incorporação das gratificações (GAE e GAA) aos vencimentos. Recentemente, uma mesa técnica realizada entre o governo paraibano e representantes do movimento grevista, assessorados por técnicos do Dieese e da Secretaria de Finanças de Olinda e pelo professor Ciro Correia, da Adusp, provou que o Estado tem condições de atender a essa pauta.

## Ribeirão Preto: aula inaugural ou campanha eleitoral?



A inauguração dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do campus da USP de Ribeirão Preto, no dia 27/2, apresentou um inesperado aspecto eleitoral. Isso porque o governador Geraldo Alckmin, que foi à cidade para ministrar a aula inaugural dos cursos, foi recepcionado com inúmeras faixas de saudação espalhadas pelo campus, com inscrições idênticas aos slogans eleitorais veiculados pelo PSDB: “Governador Alckmin firme e presente cuidando de gente”, “Geraldo

Alekmin – seriedade e competência” etc. Em algumas das faixas aparecia o tucano azul e amarelo, símbolo do PSDB.

A profusão e o conteúdo das faixas suscitaram reação de setores da comunidade, inclusive da Adusp-Ribeirão Preto. Os protestos levaram a Prefeitura do campus a retirar as faixas.

Prefeitura do campus retira faixa

## Férias de três meses... onde?

Em recente artigo na revista *Veja* (“Família em primeiro lugar”, 20/2/02, p. 26), o professor Stephen Kanitz, da FEA-USP, referiu-se aos “três meses de férias que a carreira proporcionava”. Essa afirmação foi contestada pela professora Maria Cristina Motta de Toledo, do IG-USP, que enviou carta a *Veja* lembrando que, em vinte anos como docente da universidade, nunca viu alguém tirar três meses de férias por ano. “Tenho 30 dias anuais, como todos os trabalhadores normais brasileiros, ao que sei até então. Como valorizo minha família tanto quanto ele, gostaria de esclarecimentos sobre como recuperar dois meses de férias por ano desde 1982”.

*Veja* reenviou a carta da professora Maria Cristina para o professor Kanitz, o qual respondeu o seguinte: “Professores de Turno Parcial e Turno Completo compartilham os 3 meses de férias escolares com seus alunos. Professores

de Tempo Integral têm férias escolares de 3 meses, mas devem dedicar-se a pesquisa, lendo livros, e à literatura científica. Alguém que muito trabalhador brasileiro gostaria de poder fazer.”

A professora do IG insistiu, esclarecendo, em nova carta, que qualquer professor da USP “tem apenas 30 dias de férias por ano, independentemente de seu regime de trabalho (Tempo Parcial, Turno Completo ou Turno Integral com Dedicção Exclusiva)” e que, nas férias escolares, os docentes “dedicam-se às pesquisas de forma mais concentrada, inclusive orientações de pós-graduandos, trabalhos de laboratório e de campo, quando for o caso”.

É de estranhar-se que o professor Kanitz desconheça o regime de trabalho dos docentes da USP. “Eu só não tiro férias na *Veja*”, escreveu. Mas, se na USP ele vem tirando três meses de férias por ano, há algo de errado.